

Curso/Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL OBJETIVO

Aula: Competência Territorial – Continuação/ Conexão e Continência - 17

Professor(a): Elisa Pittaro

Monitor(a): Paula Caroline Nascimento de Oliveira

Aula nº. 17

COMPETÊNCIA TERRITORIAL

(Continuação)

Na aula anterior vimos que o art. 70 determina em regra o critério da CT. Porém, existem situações em que não se aplica referido artigo, pois a consumação torna-se impossível de saber o local.

Qual o critério adotado quando desconhecer o local da consumação? Adota-se o chamado **CRITÉRIO SUPLETIVO-RESIDUAL**:

Art. 72. Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.

§ 1º Se o réu tiver mais de uma residência, a competência firmar-se-á pela prevenção.

§ 2º Se o réu não tiver residência certa ou for ignorado o seu paradeiro, será competente o juiz que primeiro tomar conhecimento do fato.

Muita atenção para esta questão de prova oral: **É possível foro de eleição no processo penal?**

Art. 73. Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.

Essa possibilidade de escolher entre o domicílio ou residência do Réu, ou o local de consumação é apontado pela doutrina como foro de eleição. **ATENÇÃO**, isto se aplica **APENAS EM CRIMES DE AÇÃO PENAL PRIVADA**. Essa questão caiu numa prova recente de delegado, então, muito cuidado.

Encerramos, portanto o assunto, passando agora a tratar de Conexão e Continência.

CONEXÃO E CONTINÊNCIA

São regras que modificam a competência:

- **Para Conexão:**

Art. 76. A competência será determinada pela conexão:

I - se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras;

II - se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas;

III - quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

- **Para Continência:**

Art. 77. A competência será determinada pela continência quando:

I - duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração;

II - no caso de infração cometida nas condições previstas nos arts. 51, § 1o, 53, segunda parte, e 54 do Código Penal.

1. CONEXÃO

Assim temos que CONEXÃO significa ligação, nexó entre dois ou mais delitos o que aconselha unidade de processo de julgamento.

No inciso I, a ligação se dá entre autores, no inciso II entre os crimes em si, e no inciso III entre as provas. Vejamos suas peculiaridades:

I - se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, (Parte I) // ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, (Parte II) // ou por várias pessoas, umas contra as outras (Parte III);

Na “Parte I” temos a denominada **CONEXÃO INTERSUBJETIVA POR SIMULTANEIDADE**, podendo ser conceituada como aquela que ocorre quando duas ou mais pessoas cometem **dois ou mais crimes ao mesmo tempo** embora **sem qualquer acordo de vontade**.

Na “Parte II”, temos a denominada **CONEXÃO INTERSUBJETIVA POR CONCURSO**, podendo ser conceituada como aquela conexão onde **duas ou mais pessoas cometem dois ou mais crimes em locais e momentos distintos**.

Por fim, na “Parte III” do referido inciso, temos a denominada **CONEXÃO INTERSUBJETIVA POR RECIPROCIDADE**, definida como aquela que ocorre quando **duas ou mais pessoas cometem dois ou mais crimes umas contra as outras**. Exemplo: lesões corporais recíprocas.

II - se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas;

Aqui temos a denominada **CONEXÃO OBJETIVA OU LÓGICA**, é aquele ocorrido quando um crime foi cometido porque de alguma forma repercute na prática do outro. Exemplo: ameaça de testemunha de crime cometido pelo autor do delito para ocultar autoria.

III - quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

Por fim, o inciso III trata da denominada **CONEXÃO INSTRUMENTAL OU PROBATÓRIA**, aquela onde a prova de crime aproveita a prova de outro crime. Exemplo: crime de receptação e o delito patrimonial antecedente.

2. CONTINÊNCIA

Na continência uma causa está contida na outra, não sendo possível a separação.

Art. 77. A competência será determinada pela continência quando:

I - duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração;

II - no caso de infração cometida nas condições previstas nos arts. 51, § 1o, 53, segunda parte, e 54 do Código Penal.

No Inciso I temos a **CONTINÊNCIA POR CUMULAÇÃO SUBJETIVA** -> ocorre quando uma ou duas mais pessoas são acusadas da **prática de uma mesma infração**.

Como isso é cobrado em prova, geralmente as bancas perguntam qual a diferença entre continência por cumulação subjetiva da conexão intersubjetiva por concurso. A diferença é muito sutil. Na **conexão intersubjetiva por concurso** temos duas ou mais pessoas responsáveis pela prática de **dois ou mais crimes**. Na **continência por cumulação subjetiva**, temos duas ou mais pessoas responsáveis pela prática de **um mesmo crime**.

Atenção, quando se fala nesse tipo de continência, devemos trazer em mente todas as hipóteses de concurso de agentes.

Por sua vez, o Inciso II trata da denominada **CONTINÊNCIA POR CUMULAÇÃO OBJETIVA**. Seu conceito é a literalidade do inciso.

Cabe apenas uma observação quanto aos artigos citados, pois, atualmente correspondem aos arts. 70, 73 e 74 CP dada a renumeração da reforma realizada na década de 80. Assim, essas hipóteses equivalem ao concurso formal, erro na execução, e resultado diverso do pretendido, respectivamente.

Identificada qualquer hipótese de conexão ou continência deverão ser reunidos os processos. Isto porque um crime irá exercer juízo de atração sobre o outro impondo unidade de processo e julgamento.